

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/28661	35856/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

PROPOSTA

A. Causa de utilidade pública a prosseguir pela expropriação

A taxa de ocupação do Cemitério de S. Paio d'Arcos encontra-se atualmente muito próxima do limite máximo da sua capacidade. Tal realidade inviabilizará, num curto espaço de tempo, a realização de novas inumações, situação que representa uma grave lacuna na prestação de um serviço público fundamental. Com efeito, a impossibilidade de dar resposta neste âmbito às necessidades da população compromete o respeito devido aos cidadãos falecidos e aos seus familiares, um valor essencial que o Município tem a obrigação de salvaguardar.

B. Fundamentação da atribuição do carácter de urgência à expropriação

O cemitério S. Paio d' Arcos encontra-se praticamente esgotado em termos de capacidade de sepultamento o que compromete a resposta adequada às necessidades da população.

A situação atual, de iminente esgotamento da capacidade do cemitério, coloca em risco a dignidade da pessoa humana, princípio basilar consagrado na lei e no espírito da comunidade. De facto, a União das Freguesias de Lomar e Arcos encontra-se já



impossibilitada de assegurar plenamente este direito, não conseguindo responder às necessidades dos cidadãos residentes ou naturais da freguesia. A única solução viável consiste na ampliação imediata do espaço de sepultamento, o que apenas poderá ser concretizado mediante a expropriação urgente da parcela de terreno contígua, destinada a tal fim.

A urgência desta Expropriação justifica-se assim pela necessidade de dotar a freguesia de meios adequados para cumprir um dever essencial de respeito e dignidade, assegurando a continuidade de um serviço público de carácter fundamental e inadiável.

C. Identificação das parcelas a expropriar, seus proprietários e demais interessados

Para a ampliação do cemitério, torna-se necessário adquirir uma parcela de terreno, com área de 385 m², a destacar do prédio situado no **denominado Campo de Escola / Igreja, inscrito na matriz predial rústica da União das Freguesias Lomar e Arcos, concelho de Braga, sob o artigo nº 73** com uma área total 3.770,00 m² e com as seguintes confrontações:

Norte:

Sul:

Nascente:

Poente:

O Prédio encontra-se omissa na Conservatória de Registo Predial conforme resulta do teor de Certidão emitida pela 1ª Conservatória do Registo Predial de Braga em 27 de fevereiro de 2025.

A parcela pertencia a _____ e atualmente a propriedade da parcela, pertence à **Herança aberta por óbito** _____, que foi casado com _____ (entretanto também já falecida) cujos herdeiros são:

§ **Cabeça de casal:** _____, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com _____, residentes na _____, da freguesia de Lomar, do concelho de Braga;

§ _____, casada sob o regime da comunhão de adquiridos com _____, _____ a freguesia de Lomar do concelho de Braga.



§ _____, residente na
freguesia de Lomar, concelho de Braga.

§ _____, casado sob o regime da comunhão de
adquiridos com _____
° 35 da Freguesia de Nogueira do concelho de Braga;

§ _____, casado sob o regime da comunhão de
adquiridos com _____ residentes na 1
freguesia de Este (S. Pedro) do concelho de Braga;

§ _____ casada sob o regime da
comunhão de adquiridos com _____ residentes
freguesia de S' Paio de Arcos do concelho de Braga.

§ _____ casado sob o regime da
comunhão de adquiridos com _____, residentes na
freguesia de Maximinos, do concelho de Braga.

§ _____, casado sob o regime da comunhão
de adquiridos com _____
freguesia de Semelhe do concelho de Braga;

§ _____ casado sob o regime da
comunhão de adquiridos com _____
da freguesia de Gualtar do concelho de Braga

D. Previsão em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização

Segundo a Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal atualmente em vigor, a parcela insere-se em espaço classificado como espaço UI1 – Urbanizável – Equipamentos, sem registo de condicionantes.

Tal classificação como espaço UI1 – Urbanizável - Equipamentos é também considerada no relatório de avaliação subscrito por perito oficial.

E. Previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação



O Município de Braga, contratou um perito da lista oficial, para nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações para proceder à avaliação do terreno, tendo avaliado da seguinte forma:

Terreno: **27.235,00 €**

Benfeitorias: **288,00 €**,

Fixando valor total da parcela a expropriar em 27.523,00 € (vinte e sete mil, quinhentos e vinte e três euros), encontrando-se esta despesa com o devido cabimento orçamental, conforme documento que se anexa.

F. Norma habilitante

1. De acordo com o disposto no artigo 23.º, n.º 2, alíneas a), m) e n), do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município tem atribuições nos domínios do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, sendo que, nos termos previstos no artigo 33.º, n.º 1, alínea vv), do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;

2. De acordo com o disposto na alínea ee), n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal.

3. O artigo 14.º, n.º 1, da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, que procedeu à aprovação do Código das Expropriações, na sua versão atualizada, prescreve que: *“Salvo nos casos previstos no número seguinte, é da competência do ministro a cujo departamento compete a apreciação final do processo: a) A declaração de utilidade pública da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes”*.

FACE AO EXPOSTO, PROPÕE-SE QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:

1. EMITIR PARECER FAVORÁVEL E APROVAR A EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA DA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE S.PAIO D'ARCOS, tudo com base nos documentos e pareceres técnicos que acompanham a presente proposta;



2. REQUERER À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, nos termos da alínea vv), do n.º 1, do artigo 33.º do anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 10º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º e 19º do Código das Expropriações:

2.1 A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO, COM CARÁTER DE URGÊNCIA, pelos motivos acima explanados, de uma parcela de terreno, com área de 385m², a destacar do prédio situado denominado Campo de Escola / Igreja, inscrito na matriz predial rústica da União das Freguesias Lomar e Arcos, concelho de Braga sob artigo n.º 73 com uma área total 3770,00 m², omissa na Conservatória de Registo Predial conforme resulta do teor de Certidão emitida pela 1.ª Conservatória do Registo predial de Braga em 27 de fevereiro de 2025, atualmente, a propriedade da Herança aberta por óbito Francisco da Costa Barbosa, representada pelos herdeiros acima devidamente identificados, para que seja tomada de imediato a posse administrativa do imóvel a expropriar, por forma a permitir a execução da correspondente empreitada, apenas possível se o Município se apropriar do solo necessário para o efeito.

SEM PRESCINDIR,

Caso não venha a ser de atribuído o caráter de urgência à presente expropriação,

2.2 SOLICITAR À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, AUTORIZAÇÃO PARA TOMAR IMEDIATAMENTE POSSE ADMINISTRATIVA DA PARCELA EM CAUSA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES, permitindo a execução imediata do projeto de ampliação do cemitério, considerando que a obra deverá ser iniciada o mais rápido possível, atentos os já mencionados motivos.

3. APROVAR O VALOR DE 27.523,00 € (VINTE E SETE MIL, QUINHENTOS E VINTE E TRÊS EUROS) RELATIVO AOS ENCARGOS A SUPORTAR COM A EXPROPRIAÇÃO, em conformidade com os Relatórios de Avaliação do perito avaliador, em anexo.

Documentos Anexos:



1. Certidão negativa da Conservatório de Registo Predial;
2. Caderneta predial Rústica;
3. Ofício Junta de Freguesia a identificar a necessidade de expropriar;
4. Cópia da Certidão de Habilitação de Herdeiros por falecimento de Francisco da Costa Barbosa;
5. Relatório de Avaliação do Perito Oficial;
6. Informações técnicas propondo a aprovação do projeto;
7. Elementos instrutórios do processo urbanístico, contendo designadamente:
 - a. Informações técnicas;
 - b. Memoria descritiva e justificativa;
 - c. Peças desenhadas;
 - d. Termo de responsabilidade
 - e. Auto de vistoria realizada pela CCDRN em 25.03.2024
8. Planta de ordenamento;
9. Planta de condicionantes;
10. Planta de localização;
11. Ficha do Cabimento

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

